



**PREFEITURA DE SÃO PAULO
SECRETARIA MUNICIPAL DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA**

**Palavras do secretário de Direitos Humanos e Cidadania, Rogério Sottili,
na abertura da 5ª Conferência Municipal de Políticas de Atenção às
Drogas (Compad)**

(18/10/13, às 18h, na Universidade Nove de Julho)

Boa noite a todas e a todos,

Cumprimento meus companheiros de mesa Eduardo Stropolli, reitor da Uninove que gentilmente cedeu este espaço, a Lucila Pizani Gonçalves, que foi a vereadora responsável pela criação do Comuda e é importante militante de direitos humanos na Cidade, a Luciana Temer, secretária de Desenvolvimento e Assistência social, que é um dos principais pilares das políticas de atenção às drogas, e o Paulo de Tarso Puccini, secretário-adjunto de Saúde e co-realizador desta conferência.

Agradeço a presença de todos os que estão aqui. Saúdo a organização do evento, que foi compartilhada pela Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania, a Secretaria Municipal de Saúde, o Grupo Executivo Municipal do Plano Intersetorial sobre Drogas, o GEM, e o Conselho Municipal de Políticas Públicas de Drogas e Álcool, o Comuda. Agradeço especialmente o Aristeu Bertelli, assessor especial da Secretaria de Direitos Humanos e Cidadania para saúde mental e política sobre drogas, pelo empenho na realização deste momento.

Tenho grande satisfação de participar da abertura dessa importante conferência, que debaterá a política de drogas da cidade de São Paulo. Essa é

sua quinta edição e temos o compromisso de consolidar cada vez mais os espaços de construção coletiva nesse tema. O fortalecimento da participação social como método de gestão em São Paulo é uma das principais missões da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania.

A participação social é, antes de tudo, um direito e um instrumento essencial para o aprofundamento democrático. Ela cria condições para que os movimentos sociais, as universidades e o conjunto da sociedade civil organizada, com a vasta experiência acumulada, possam contribuir em todas as etapas de construção política. Este processo de pactuação mútua e de responsabilidades compartilhadas possibilita a qualificação das políticas e faz com que seus resultados cheguem à ponta com maior coesão, coerência e, conseqüentemente, com maior efetividade.

A Conferência receberá contribuições de vocês para o aprimoramento do Plano Intersetorial de Políticas sobre Drogas de São Paulo e ajudará a definir os rumos dos trabalhos no âmbito municipal. Esse debate é importantíssimo não só pelo tema das drogas em si, mas também para discutirmos o modelo de democracia que queremos no Brasil e para avançarmos na garantia dos direitos humanos.

Digo isso porque entendo que a abordagem dos direitos humanos no campo da saúde mental é um dos principais pontos de estrangulamento da democracia em nosso país nos dias de hoje. São eminentes os riscos de retrocesso das conquistas alcançadas pelo movimento da luta antimanicomial, e a conseqüência disso é muito ampla – seja na própria área da saúde mental, seja na concepção dos direitos e garantias fundamentais em geral.

Não podemos permitir jamais a restrição injustificada de direitos, nem podemos aceitar que a saúde seja usada como justificativa para violações ou servir de instrumento de higiene social e reforço de marginalização. Avançamos muito e temos ainda mais a fazer. É essencial debater, qualificar os argumentos e construir estratégias para prosseguir.

Neste sentido, há uma clara concepção do Município sobre a necessidade de garantia de direitos humanos como base de qualquer política nesta área. O uso

abusivo de drogas pode ter diversos fatores, mas é a exclusão social e a marginalização que criam os efeitos mais nefastos da situação. A política deve ser de atenção ao usuário e atuar de forma integrada sobre as diversas dimensões do indivíduo, garantindo as condições adequadas para a vida sadia.

A recente pesquisa da FIOCRUZ indica que os usuários de crack no Brasil são 80% homens negros que não completaram o ensino médio, sendo que 30% estão em situação de rua e foram presos anteriormente. Ou seja, são pessoas marcadas por uma série de restrições de direitos e estigmas. Quando perguntados sobre o que esperam do sistema de saúde, os usuários querem alimentos, higiene, emprego, educação e lazer. Ou seja, querem direitos que possam proporcionar uma vida digna.

Garantindo direitos nos aproximamos dessas pessoas historicamente excluídas e criamos condições para a reinserção e para a inclusão social. Não é uma ciência exata, mas vislumbrar novas perspectivas de vida geralmente traz o desejo de mudanças, e abre as portas para um eventual tratamento e a construção de novas trajetórias. Não é necessário prender ninguém para isso, até porque dificilmente teremos efetividade com abordagens violentas.

A partir disso, devemos garantir os serviços adequados para a atenção à saúde no serviço público, valorizar o SUS e compreender as especificidades e individualidades de cada pessoa, sem discriminação.

De todo modo, não podemos perder de vista outra concepção de direito, que é da liberdade individual. As substâncias psicoativas sempre estiveram presentes em todas as sociedades, e não são um problema por si só – é necessário avaliar se há, de fato, o caso de uso abusivo que requeira maior atenção, indicado pela frequência e quantidade do uso, o tipo de substância e as condições de vida da pessoa.

Devemos discutir os limites de intervenção do Estado nas escolhas das pessoas. Além dos limites morais e legais, precisamos refletir sobre a efetividade da atitude intervencionista. Não será possível simplesmente proibir o uso de drogas. Há algo que está no âmbito pessoal de cada um, e até a fiscalização é difícil. Devemos afastar a hipocrisia e trabalhar com a realidade.

A política de redução de danos é o que podemos fazer de mais inteligente. Apostar na prevenção e no cuidado; fortalecer o indivíduo como sujeito de direitos reconhecendo sua autonomia e escolhas; reduzir as situações de vulnerabilidade e ampliar a criação de vínculos.

A iniciativa do Plano Intersetorial é feliz por congrega ações de diversas áreas. A partir do tripé saúde, assistência e segurança outras perspectivas são interligadas para a eficiência da ação pública. Além da prevenção e do cuidado, temos que pensar na continuidade e sustentabilidade da situação do indivíduo. Se um usuário aderiu a um tratamento, não podemos abandoná-lo para que volte à condição de vulnerabilidade anterior. Ou seja, o cuidado com a saúde e o apoio da assistência são primordiais, mas devemos agregar a possibilidade daquela pessoa ter um emprego, estudar, se alimentar e construir uma vida autônoma. Apenas assim estaremos enfrentando a raiz da questão.

O prefeito acertou profundamente em colocar o Plano Intersetorial sob coordenação da Secretaria de Saúde, que articulou as diversas áreas de governo para o tema. O Grupo Executivo Municipal trabalhou intensamente para produzir as diretrizes do Plano, que têm sido discutidas em diversas oportunidades com a sociedade civil. Foram realizados encontros com conselhos de direitos, especialistas, acadêmicos, movimentos sociais, e agora, no processo da conferência. É um trabalho em constante aprimoramento. É assim que acreditamos que deve ser a construção de uma boa política.

A Secretaria Municipal de Direitos Humanos tem acompanhado o processo, com a intenção de auxiliar o GEM na interlocução com os diferentes grupos da sociedade civil e construção transversal da proposta sob a perspectiva dos direitos humanos. Temos na nossa estrutura a assessoria especial sobre saúde mental e política de drogas, além do conselho municipal sobre álcool e drogas, o COMUDA, que está justamente em processo de recomposição e terá novos membros a partir de hoje.

Também reunimos na estrutura da nossa secretaria um conjunto de temas que podem dialogar de forma transversal com a política de drogas e saúde mental. Em algumas coordenações a interlocução é clara, como a de políticas para

juventude, criança e adolescente ou população em situação de rua. Mas acredito que a questão perpassa por outras frentes da nossa atuação, como segurança pública e direitos humanos; promoção do trabalho decente; educação em direitos humanos, migrantes, LGBTs ou idosos.

A visão integrada dos públicos tradicionalmente excluídos é essencial para consolidarmos uma política efetiva de direitos humanos na Cidade, discutindo de fato a justiça social que é o único caminho capaz de lidar com a questão do uso abusivo de drogas, substituindo a lógica da violência pelo fortalecimento da cultura de direitos.

Boa conferência para todos e todas!

Forte abraço e obrigado.